

Pouca participação nas manifestações é um desafio ao sistema político

A inevitabilidade de medidas duras em situação de crise económica e o nó da claustrofobia política podem favorecer o aparecimento de respostas fora do sistema – o que é um problema para a democracia

Movimentos sociais
Nuno Ribeiro
e Alexandra Campos

A pouca participação nas manifestações de contestação às políticas governamentais, depois de o executivo de Pedro Passos Coelho e de Paulo Portas ter apresentado um Orçamento do Estado (OE) com reduções no rendimento dos funcionários públicos, dos reformados e pensionistas, e com cortes em sectores sociais, como a Educação e a Saúde, preocupa os especialistas. Ouvidos pelo PÚBLICO, referem a existência de um bloqueio na vida política portuguesa que não abre a perspectiva de uma alternativa dentro do sistema. A que se somam, é certo, as debilidades de afirmação dos próprios movimentos sociais e a inexistência da sua articulação

com partidos políticos e centrais sindicais.

“As pessoas, que estão em estado de choque com as medidas do Governo, perderam a esperança, deixaram de acreditar no que quer que seja”, reconhece ao PÚBLICO Mar Velez do movimento Que Se Lixe a Troika! É uma das organizadoras da manifestação de sábado, no Porto, à qual, segundo o movimento, compareceram dois mil manifestantes, número reduzido para mil pela polícia. “Estamos na fase de desesperança, que é uma fase que se sucede ao desespero”, admite Bagão Félix, antigo ministro da Segurança Social e do Trabalho do Governo de Durão Barroso, e crítico das políticas orçamentais do actual executivo.

A activista e o ex-ministro fazem, assim, um diagnóstico com uma conclusão idêntica. “As pessoas

“Que Se Lixe a Troika! também precisa no futuro de ajudar as pessoas no terreno, focar mais a sua acção na questão social”, anuncia Mar Velez

pensam: tivemos manifestações brutais e de que adiantou? Nada mudou, por isso não vale a pena”, diz Mar Velez. “Final, a *troika* está cá, a condicionante vai manter-se, as pessoas não gostam do Governo, mas não vêem alternativa, existe uma claustrofobia política”, adianta Bagão Félix.

“Que Se Lixe a Troika! não faz reivindicações, não tem um programa”, analisa Alan Stoleroff, director do mestrado de Ciências do Trabalho e de Relações Laborais do ISCTE. “Não apresentam nada de concreto, o que, neste momento, diminui a capacidade de mobilização.” José Manuel Mendes, sociólogo e professor no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sustenta que terá de haver “um acontecimento relevante, forte, que traga as pessoas de volta para a rua, porque elas já marcaram

a sua posição nas últimas eleições autárquicas” – ou seja, puniram os partidos no poder. Por outro lado, considera este estudioso dos movimentos sociais de protesto, “as pessoas ainda não sentiram o impacto, no quotidiano, das medidas previstas no Orçamento para 2014 e, ao contrário do que aconteceu em 15 de Setembro de 2012 [manifestações contra as alterações à taxa social única], não estavam a reagir neste fim-de-semana a uma medida brutal agregadora e transversal às gerações”.

Para o antigo ministro de Durão Barroso, “o movimento de contestação afunilou-se do ponto de vista ideológico, perdeu o consenso mínimo garantido com uma lógica doutrinária e os apoios dos líderes sindicais e políticos afugentaram” as pessoas. Esta visão de Bagão Félix não é partilhada por André Freire, que contesta que a questão seja “excesso de ideologia”. As diferenças da repercussão dos protestos com que os activistas do Movimento Que Se Lixe a Troika! encheram as ruas do país há um ano e surpreenderam a classe política e agora têm outras justificações. “A fasquia do nível de participação nas manifestações era muito alta, em 15 de Setembro de 2012 havia uma pedra-de-toque transversal, enquanto neste Orçamento do Estado as medidas mais duras incidem sobre determinados grupos, os reformados e os funcionários públicos”, anota o professor do ISCTE. “A manifestação de 15 de Setembro do ano passado foi um ponto de viragem na relação da sociedade com o Governo, foi uma situação nova, passado um ano nada é novo”, recorda, por seu lado, o antigo ministro.

“O Governo aprendeu a ir preparando o terreno, as acções são agora mais camufladas e as medidas são trabalhadas na comunicação social”, acentua Manuel Mendes. “Os comentadores televisivos são quase todos do espectro dos ex-governantes, governantes ou futuros governantes, Marques Mendes anuncia as medidas e Marcelo Rebelo de Sousa tempera-as.” Para André Freire, esta síntese é a conclusão de um problema a montante: “Há uma incapacidade de articulação dos movimentos sociais com os sindicatos e os partidos políticos e de expli-



Afunilamento ideológico, fadiga das manifestações ou fasquia demasiado elevada? Possíveis interpretações para a pouca adesão

tar a ideia clara de alternativa. É este o trunfo que tem sido esgrimido por este Governo e pela maioria dos comentadores que transmite a ideia de inevitabilidade.” Ou, como formula Alan Stoleroff, “uma alternativa necessita uma enorme mudança de comportamento das organizações políticas e sindicais”. Para este especialista é necessária uma plataforma mínima e um novo tempo. “Duvido que o PS tenha um programa de cortes verdadeiramente diferentes”, refere.

Quanto às manifestações do fim-de-semana, “se o Governo não ficou a tremer”, como admite Freire, “o descontentamento não é menor, existe, é muito transversal como se vê nas sondagens”. Para José Manuel Mendes uma grande participação não era o objectivo: “A intenção era marcar o espaço público.” Para o sociólogo, foi conseguido: “Duas

mil pessoas é muito, porque são as próximas do núcleo duro dos activistas que pretendiam fazer um apelo aos simpatizantes.”

“As previsões de manifestações são difíceis, há descontentamento, até ressentimento dos portugueses, outra coisa é o salto para uma mobilização mais geral, para um protesto nacional, de massas”, refere Stoleroff. “Os portugueses são pessimistas e o pessimismo não leva à mobilização. Não sei se a maioria das pessoas está no desespero, perderam muito, mas não o suficiente para estar em causa a sua sobrevivência”.

Na prática, existe um acumular de tensão. “Esta não é uma situação ideal nem saudável do ponto de vista social. As pessoas aceitam os cortes, porque não têm um programa realista alternativo. Assim, apelar para a demissão do Governo

“Os portugueses são pessimistas e o pessimismo não leva à mobilização. Não sei se a maioria das pessoas está no desespero, perderam muito, mas não o suficiente para estar em causa a sua sobrevivência”, refere Alan Stoleroff

não significa nada”, sustenta Stoleroff. “O melhor da democracia é que o descontentamento seja veiculado dentro do sistema, o descontentamento pode explodir e levar à erosão larvar do apoio ao sistema democrático”, alerta André Freire.

A ausência de válvulas de escape e a inexistência de um horizonte de mudança podem ter efeitos perversos. “Há uma perda de credibilidade dos partidos políticos convencionais, mas não temos índices tão altos como noutros países”, relativiza Alan Stoleroff. No entanto, o professor do ISCTE não põe de lado “que o populismo possa emergir nos partidos existentes”. Um cenário que também preocupa André Freire. “Esse perigo existe e, quanto mais o centro [político] se tornar indistinto, mais os extremos terão capacidade de se afirmar.” O

ex-ministro de Barroso detecta uma via populista. “O populismo contra o Tribunal Constitucional já existe, está-se a fazer do Tribunal Constitucional uma espécie de guardiões da revolução iraniana”, afirma Bagão Félix.

Um dia após as manifestações, os activistas que as convocaram reflectem. “As pessoas podem estar apáticas, sem esperança, mas nós não”, diz Mar Velez. “Vamos fazer um balanço, tentar perceber o que falta fazer para as pessoas sentirem que vale a pena vir para a rua.” E levanta uma ponta do véu do futuro: “Que Se Lixe a Troika! também precisa no futuro de ajudar as pessoas no terreno, focar mais a sua acção na questão social.” Uma forma de contrariar um duplo fenómeno considerado por Bagão Félix “a fadiga das manifestações e a sua ineficácia”.

BBVA

A solução que melhor se adapta aos seus negócios.

Soluções Móveis Integradas BBVA

O BBVA coloca à sua disposição uma solução móvel integrada, única no mercado, que vai simplificar o dia-a-dia do seu negócio.

Através de um único TPA (Terminal de Pagamento Automático), poderá emitir documentos de gestão comercial, tais como: facturas-recibo, facturas, facturas simplificadas, guias de caucionamento, guias de remessa, notas de crédito, guias de transporte e guias de descarga.

Simultaneamente também poderá concretizar a venda, através de cartão bancário, numerário ou cheque. Esta solução tem uma mensalidade de 29,90€.

Adira já a esta solução exclusiva.

Saiba mais em www.bbva.pt, numa Agência BBVA ou através de empresas.pt@bbva.com.

Aproveite o seu banco.

A mensalidade de 29,90€, corresponde a 5,00€ a pagar ao BBVA e 24,90€ a pagar directamente ao Grupo PIE, através de Débito Directo. A instalação e formação relativa ao software em causa (em data center), tem um custo de 150€, valor a ser cobrado pelo Grupo PIE. Aos valores apresentados, acresce IVA à taxa legal em vigor.

